Câmara Municipal de Nova Odessa

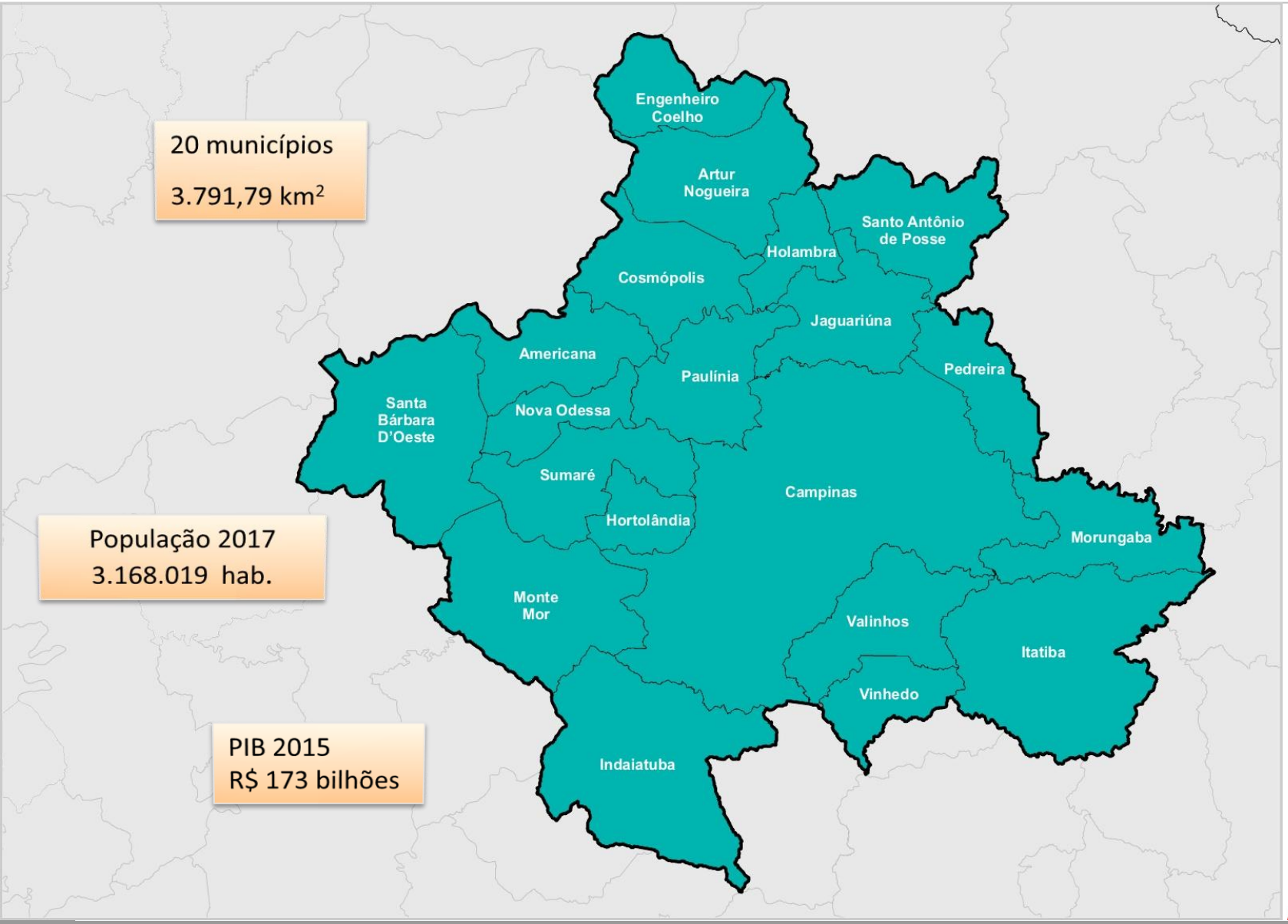
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
Região Metropolitana de Campinas

8 de abril de 2019

PDUI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO
REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Apresentação para Câmara Municipal de Nova Odessa

1. Estatuto da Metrópole e o PDUI-RMC: Desenvolvimento do Trabalho
2. Princípios , Objetivos e Temas Estratégicos do PDUI-RMC
3. Caderno Preliminar de Propostas: Contribuições das Oficinas Sub-Regionais, Câmaras Temáticas e Plataforma Digital
4. Propostas: Principais Temas
5. Ordenamento Territorial: Macrozoneamento Metropolitano
6. Audiências Públicas: Próxima Etapa


20 municípios
3.791,79 km²
População 2017
3.168.019 hab.
PIB 2015
R$ 173 bilhões
Engenheiro Coelho
Artur Nogueira
Santo Antônio de Posse
Holambra
Cosmópolis
Jaguariúna
Americana
Paulínia
Pedreira
Santa Bárbara D'Oeste
Nova Odessa
Sumaré
Campinas
Hortolândia
Morungaba
Monte Mor
Valinhos
Itatiba
Vinhedo
Indaiatuba

Região Metropolitana de Campinas

Urbanização Contínua: Problemas Comuns – Soluções Compartilhadas

- Padrão de Urbanização condicionado pela estrutura viária radial, gerando espraiamento da mancha urbana e demanda por infraestrutura.

- Conflitos entre os usos industrial, rural e urbano, junto à rodovias e entre municípios, requerendo orientação quanto à regulação do uso do solo.

- Concentração de equipamentos em Campinas e Americana -> sobrecarga na oferta dos equipamentos sociais.

- Necessidade de identificar áreas com potencialidade para novos subcentros: equipamentos urbanos, sociais e oferta de emprego.

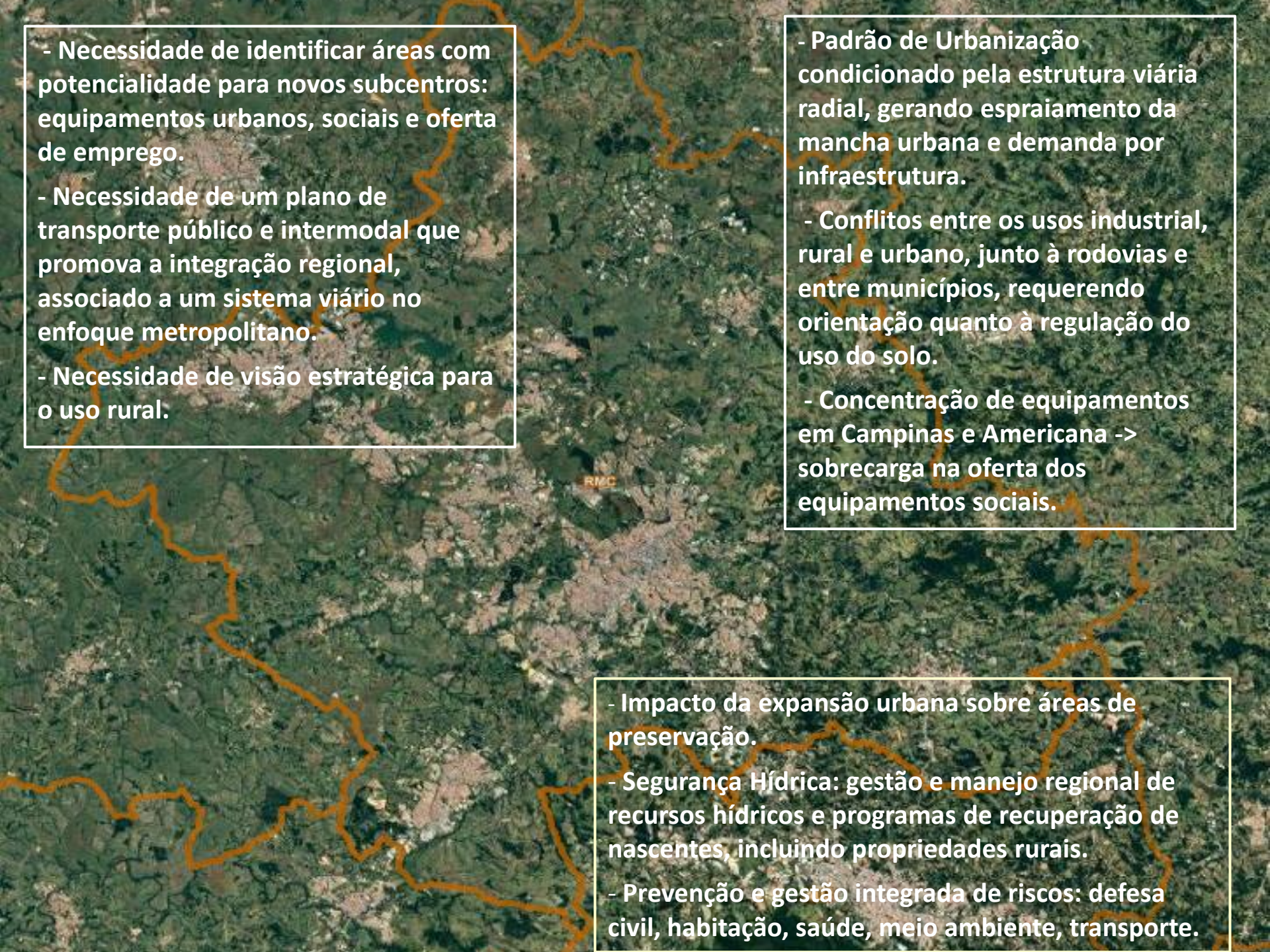
- Necessidade de um plano de transporte público e intermodal que promova a integração regional, associado a um sistema viário no enfoque metropolitano.

- Necessidade de visão estratégica para o uso rural.

- Padrão de Urbanização condicionado pela estrutura viária radial, gerando espraiamento da mancha urbana e demanda por infraestrutura.

- Conflitos entre os usos industrial, rural e urbano, junto à rodovias e entre municípios, requerendo orientação quanto à regulação do uso do solo.

- Concentração de equipamentos em Campinas e Americana -> sobrecarga na oferta dos equipamentos sociais.



- Necessidade de identificar áreas com potencialidade para novos subcentros: equipamentos urbanos, sociais e oferta de emprego.

- Necessidade de um plano de transporte público e intermodal que promova a integração regional, associado a um sistema viário no enfoque metropolitano.

- Necessidade de visão estratégica para o uso rural.

- Padrão de Urbanização condicionado pela estrutura viária radial, gerando espraiamento da mancha urbana e demanda por infraestrutura.

- Conflitos entre os usos industrial, rural e urbano, junto à rodovias e entre municípios, requerendo orientação quanto à regulação do uso do solo.

- Concentração de equipamentos em Campinas e Americana -> sobrecarga na oferta dos equipamentos sociais.

- Impacto da expansão urbana sobre áreas de preservação.

- Segurança Hídrica: gestão e manejo regional de recursos hídricos e programas de recuperação de nascentes, incluindo propriedades rurais.

- Prevenção e gestão integrada de riscos: defesa civil, habitação, saúde, meio ambiente, transporte.

1. Estatuto da Metrópole e o PDUI-RMC

➢ No Estado de São Paulo está a rede urbana mais densa e complexa do Brasil com intenso fluxo intermunicipal de pessoas e mercadorias ⇒ Macrometrópole Paulista.

➢ Nas aglomerações urbanas e regiões metropolitanas as áreas urbanizadas muitas vezes se encontram tão ligadas que tornam difícil delimitar claramente as divisas municipais ⇒ É preciso buscar soluções comuns para os grandes problemas metropolitanos .

➢ É necessário ter políticas públicas que integrem e qualifiquem as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas nas áreas de mobilidade e transporte, no abastecimento de água, no desenvolvimento econômico, na preservação ambiental ⇒ articulação intersetorial e governança interfederativa.

1. Estatuto da Metrópole e o PDUI-RMC

O Estatuto da Metrópole – Lei nº 13.089/2015 alterada Lei nº 13.683/2018, estabelece:

- Diretrizes aos Estados e municípios ⇒ promoção do planejamento, da organização, da execução e da gestão das funções públicas de interesse comum.
- Normas gerais para elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI.
- O PDUI deve ser elaborado no âmbito da **estrutura de governança interfederativa:** compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, mediante a execução de um sistema integrado e articulado de planejamento, de projetos, de estruturação financeira, de implantação, de operação e de gestão.

1. Estatuto da Metrópole e o PDUI-RMC

Funções públicas de interesse comum (FPICs): ⇒ política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes.

- ✓ Planejamento e uso do solo
- ✓ Transporte e sistema viário regional
- ✓ Habitação
- ✓ Saneamento Ambiental
- ✓ Meio Ambiente
- ✓ Desenvolvimento Econômico
- ✓ Atendimento Social
- ✓ Esportes e Lazer

1. Estatuto da Metrópole e o PDUI-RMC

O PDUI deverá ser **elaborado de forma conjunta e cooperada** por representantes do Estado, dos Municípios integrantes da unidade regional e da sociedade civil organizada e será aprovado pela instância colegiada da unidade regional, antes de seu encaminhamento à apreciação da Assembleia Legislativa.

- É um instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana ou da aglomeração urbana.
- A lei do PDUI deverá ser revista a cada 10 anos.
- O plano diretor municipal deverá ser compatibilizado com o PDUI.
- O PDUI deverá ser a principal referência para a destinação de recursos.

1. Estatuto da Metrópole e o PDUI-RMC

PDUI é um instrumento legal de planejamento para orientar o desenvolvimento urbano e rural do território, com visão regional. Atende, em especial, as disposições do art. 12:

- Elaboração para regiões metropolitanas e aglomerações urbanas em nível nacional, abrangendo todo o território (áreas urbanas e rurais);
- Diretrizes para as funções públicas de interesse comum;
- Macrozoneamento da unidade territorial urbana;
- Diretrizes aos municípios no que se refere ao parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- Diretrizes para a articulação intersetorial das políticas públicas;
- Delimitação de áreas c/ restrição à urbanização visando a proteção do patrimônio ambiental ou cultural e ao controle sobre áreas sujeitas a riscos de desastres ambientais, quando pertinente;
- Sistema de acompanhamento e controle das disposições do Plano;
- Diretrizes mínimas para implementação da efetiva política de regularização fundiária urbana.

1. Estrutura Institucional para elaboração do PDUI

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DA RMC
20 Prefeitos
Representantes do Estado - FPICs

- Constitui Comitê Executivo
- Define Audiências Públicas e as FPICs
- Aprova a minuta do Projeto de Lei
- Encaminha ao Governador que por sua vez envia à Assembleia Legislativa

COMITÊ EXECUTIVO
3 representantes dos Municípios da RMC
3 representantes da Sociedade Civil
3 representantes do Estado
(titulares e suplentes)

- Promove a articulação e coordenação entre Estado, municípios da RMC e sociedade civil, dos trabalhos relativos ao Plano, fazendo o acompanhamento do processo até sua aprovação

CÂMARA TEMÁTICA ESPECIAL DO PDUI
Representantes dos 20 municípios

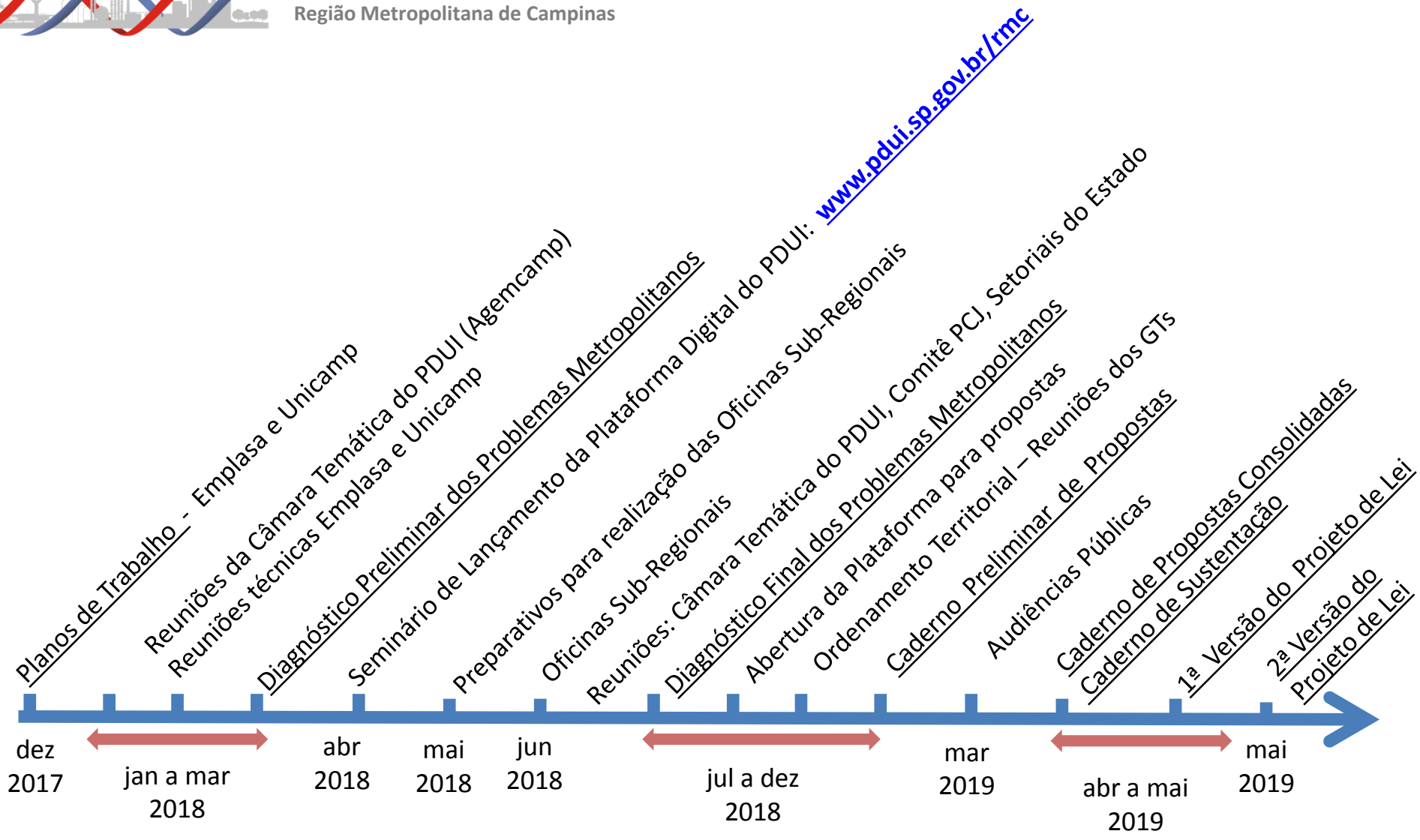
- Apoia as discussões do Plano, valida as propostas formuladas nas diversas etapas, faz a mediação de eventuais conflitos

PDUI PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS
CDRMC Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas
AGEMCAMP Agência Metropolitana de Campinas
EMPLASA
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria da Casa Civil

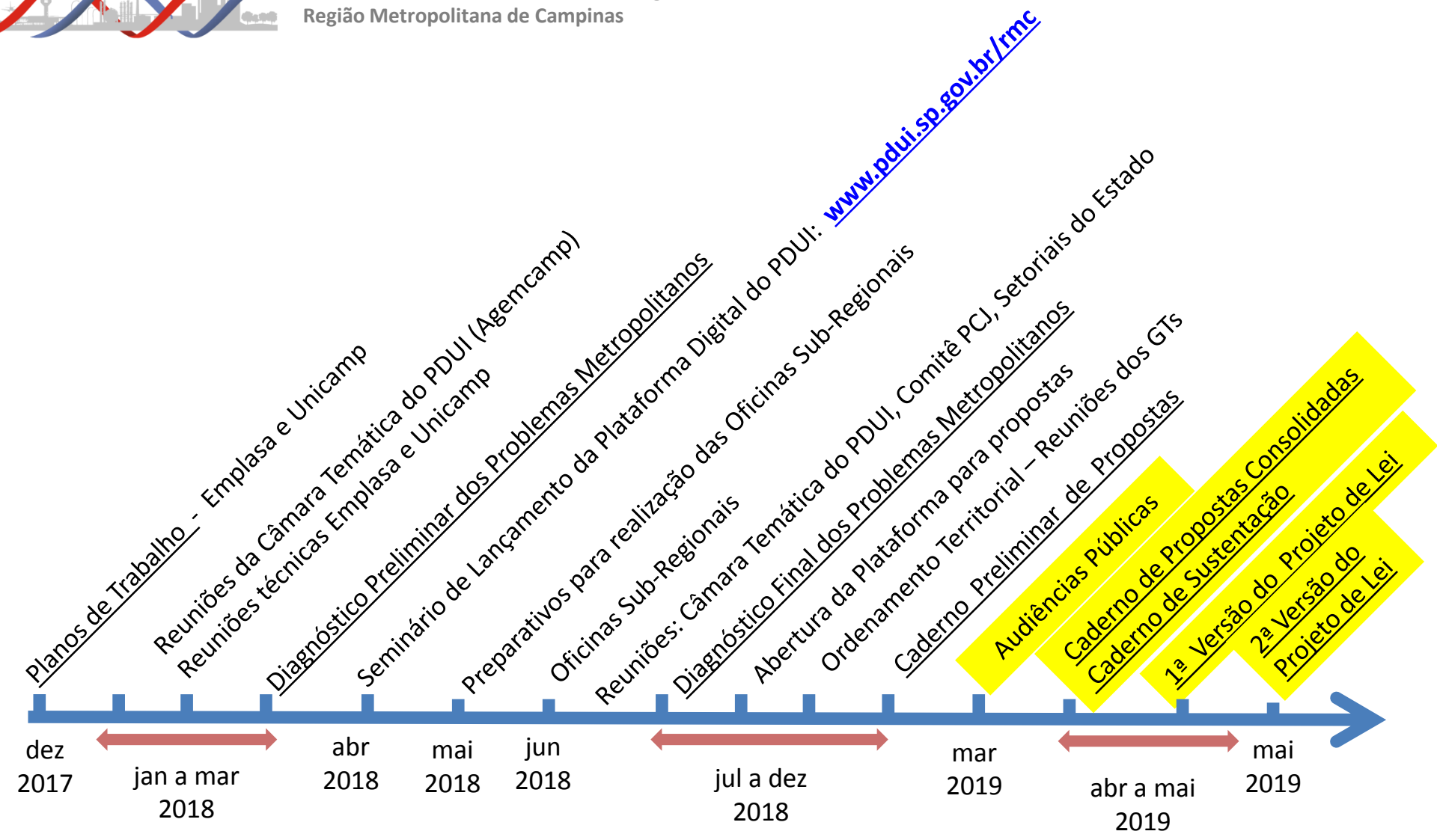
1. Desenvolvimento do Trabalho

Contrato celebrado entre Agemcamp e Emplasa em dezembro de 2017 (AgemCamp nº 010/2017 CVE 03/2017)

- Objeto: coordenação e produção de trabalhos técnicos destinados à formulação do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Campinas (PDUI-RMC).
- Produção de 7 relatórios.
- Plano de Trabalho:
  - 1ª Etapa: Elaboração dos Conteúdos Técnicos
  - 2ª Etapa: Estruturação do Processo Participativo
  - 3ª Etapa: Divulgação/ Validação do PDUI-RMC
  - 4ª Etapa: Composição do Projeto de Lei
- Contrato específico entre Agemcamp e Unicamp, responsável pelos estudos sociodemográficos e econômicos do PDUI-RMC.



Processo de elaboração do PDUI-RMC



ETAPAS E DATAS A SEREM REDEFINIDAS EM ADITAMENTO

MOTIVADO POR ALTERAÇÕES ADMINISTRATIVAS NA AGEMCAMP

2. Princípios, Objetivos e Temas Estratégicos do PDUI-RMC

Princípios que norteiam o PDUI-RMC:

- Prevalência do interesse comum sobre o local.
- Compartilhamento das responsabilidades entre entes federados.
- Efetividade no uso dos recursos públicos.
- Construção de uma metrópole saudável, competitiva, resiliente e inclusiva.
- Diminuição das desigualdades regionais visando a ampliação de oportunidades e melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos.
- Garantia do exercício da gestão democrática e participativa.

2. Princípios, Objetivos e Temas Estratégicos do PDUI-RMC

Objetivos Estratégicos que norteiam o PDUI-RMC:

- Elevar a competitividade econômica regional e a eficiência do território na atração de investimentos.
- Proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.
- Diminuir a precariedade e melhorar a qualidade de vida da população.

2. Princípios, Objetivos e Temas Estratégicos do PDUI-RMC

Objetivos Específicos para o território da RMC:

- Promover uma Região Metropolitana
  - ✓ Sustentável
  - ✓ Resiliente e Inclusiva
  - ✓ Inovadora e Competitiva
  - ✓ Territorialmente Coesa

2. Temas Estratégicos do PDUI-RMC

Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs trabalhadas no PDUI:

- Planejamento e uso do solo
- Mobilidade (transporte público e logística)
- Meio Ambiente, saneamento e defesa civil (no que couber dentro da discussão sobre áreas de risco)
- Habitação
- Desenvolvimento econômico (no que couber dentro de planejamento territorial)

Essas FPICs são compatíveis com os eixos temáticos relacionados no Termo de Referência.

Funções Públicas de Interesse Comum

Planejamento e uso do solo
Mobilidade (transporte público e logística)
Meio Ambiente, saneamento, defesa civil (risco)
Habitação
Desenvolvimento econômico (no que couber dentro de planejamento territorial)

Temas Estratégicos

Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sociodemográfico
Habitação e Vulnerabilidade Social
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento
Áreas de Risco (Defesa Civil)
Mobilidade, Transporte e Logística
Governança e Identidade Metropolitana

Objetivos do PDUI-RMC

Questões regionais estratégicas como base para formulação de diretrizes e propostas centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento:

- **elevar a competitividade econômica regional e a eficiência do território na atração de investimentos**
- **proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável**
- **diminuir a precariedade e melhorar a qualidade de vida da população**

3. Caderno Preliminar de Propostas

O Caderno Preliminar de Propostas é o resultado de um processo de 11 meses de trabalho que incorporou contribuições:

- Oficinas Sub-regionais: três oficinas com 263 participantes (17 municípios, 24 entidades da sociedade civil organizada, Ministério Público, setoriais do Estado) com 427 registros.
- Câmara Temática Especial do PDUI: 15 reuniões com a representação dos 20 municípios, dos setoriais do estado e da sociedade civil organizada, sendo 12 reuniões para a construção do Macrozoneamento Metropolitano.
- Grupos de Trabalho: reuniões de trabalho com os cinco temas estratégicos, totalizando 221 propostas recebidas.
- Oficina de Macrozoneamento.
- Plataforma Digital: 65 propostas recebidas.

3. Caderno Preliminar de Propostas – Propostas elaboradas pelos GTs

O Caderno Preliminar de Propostas apresenta → **83 diretrizes e 221 propostas**

Eixos temáticos	NºDiretrizes	NºPropostas
Desenvolvimento Urbano,Econômico e Sociodemográfico	14	21
Habitação e Vulnerabilidade Social	10	27
Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento	28	116
Áreas de Risco (Defesa Civil)	16	31
Mobilidade, Transporte e Logística	15	26

3. Caderno Preliminar de Propostas (www.pdui.sp.gov.br/rmc/)

➢ **Processo Participativo - Plataforma Digital**
65 propostas recebidas (de 10/set a 14/dez de 2018).

4. Propostas do PDUI-RMC - Principais Temas → Total de 286 Propostas

- Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sociodemográfico
- Habitação e Vulnerabilidade Social
- Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento
- Áreas de Risco (Defesa Civil)
- Mobilidade, Transportes e Logística
- Governança e Identidade Metropolitana

Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sociodemográfico

Tema: **Desenvolvimento Urbano e Territorial**

Metrópole compacta e policêntrica

1. Dirimir o **desequilíbrio territorial** incentivando a implantação de infraestrutura e serviços em áreas carentes

2. Conectar as **centralidades** existentes e incentivar novas centralidades nos locais onde há predominância do uso residencial.

3. Incentivar a ocupação de **áreas urbanas sem uso ou ociosas ,** conforme instrumentos previstos no Estatuto das Cidades.

4. Permitir a verticalização e estimular o **adensamento construtivo** nas áreas do perímetro urbano dotadas de equipamentos de infraestrutura e de transporte público.

5. Estimular o **adensamento com diversificação de usos** ao longo dos corredores metropolitanos de transportes públicos

Interface com o Ordenamento Territorial: Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, AEAM Qualificação Urbana e AEAM Rede de Centralidades.

Tema: **Desenvolvimento Urbano e Territorial**

Conter a expansão dos perímetros urbanos nas zonas rurais, industriais e de preservação

1. Necessidade de **planejamento estratégico** que preveja ações de incentivo econômico e **fortalecimento do produtor rural**.

2. Reservar áreas adequadas para atividades econômicas de escala regional ao longo das rodovias.

3. Restringir os usos urbanos em áreas de interesse ambiental ou de patrimônio histórico e cultural.

4. Criar **núcleos de cooperação rurais**.

5. Necessidade de orientar a regulação do uso do solo, tendo em vista **conflitos entre os usos rural, industrial e urbano**.

Interface com o Ordenamento Territorial: AEAM Conectividade Ambiental

Tema: **Desenvolvimento Econômico**

Integração e Complementaridade Econômica

1. Planejamento e valorização do setor de **turismo** com **Circuitos, rotas e calendários turísticos** integrados.

2. Preservação da **atividade minerária** da região.

3. Estímulos à **economia rural**, promovendo o aumento de produtividade, diversificação e associativismo nas propriedades.

Interface com o Ordenamento Territorial:
Macrozona de Desenvolvimento Rural e Controle da Expansão Urbana e Macrozona de Interesse Ambiental

Tema: **Desenvolvimento Econômico**

Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico

1. Planejamento da ocupação urbana de forma a **minimizar conflitos de uso, riscos e interferências** entre a **atividade minerária** e a ocupação urbana.

2. . Planejamento urbano e territorial que contemple a **recuperação de áreas degradas pela mineração**.

3. Preservação e valorização do **patrimônio histórico, cultural, natural, paisagístico e imaterial** da RMC.

3. Manutenção das áreas destinadas à **atividade rural** com melhoria nas infraestruturas de acesso e de escoamento da produção..

Interface com o Ordenamento Territorial: Todas as Macrozonas

Tema: **Desenvolvimento Sociodemográfico**

Políticas públicas: demandas resultantes do envelhecimento da população

1. Oferta de equipamentos urbanos e sociais para a população da 3ª idade.

Precariedade Habitacional e Urbana

Tema:

Precariedade Habitacional e Urbana

SEGREGAÇÃO URBANA ⟷ DESIGUALDADE SOCIAL ⟷ PRECARIEDADE HABITACIONAL

HABITAÇÃO

Diretrizes

COESÃO TERRITORIAL

REDIRECIONAMENTO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO METROPOLITANO

IDENTIFICAÇÃO e QUALIFICAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS e ATUALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICOS

REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS E ENCORTIÇADAS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Tema:

Precariedade Habitacional e Urbana

1. Demandas sociais relacionadas à habitação.

2. Instrumentos de Governança.

3. Conflitos de Uso.

4. Ordenamento territorial.

5. Ocupação urbana em áreas impróprias.

6. Carência de infraestrutura urbana.

7. Requalificação de áreas.

8. Produção de novas habitações.

9. Regularização fundiária.

10. Mobilidade.

Interface com o Ordenamento Territorial:
AEAM Qualificação Urbana

Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento

Tema:

Patrimônio Ambiental

Principais aspectos apontados nas propostas

1. Planejamento e gestão voltados à preservação, conservação e recuperação ambiental.

2. Estratégias para o aumento da **conectividade** dos fragmentos vegetais.

3. Instrumentos econômicos que promovam o desenvolvimento (PSA) - Identificar e preservar as áreas que prestam relevantes **serviços ecossistêmicos**.

Tema: **Recursos Hídricos**

Principais aspectos apontados nas propostas

1. Segurança hídrica a partir da gestão e manejo regional dos recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas e recomposição florestal.

2. Elaborar **Planos de Barragens e Planos de Contingência**, especialmente para as represas Salto Grande e Pedreira.

3. Integrar e compor banco de dados que inclua mapeamentos e estudos referentes às **Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais** (APRMs) e áreas sensíveis para o abastecimento de água.

4. Adequar o uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas para garantir a **qualidade e quantidade dos recursos hídricos**

5. Revegetação de encostas e **fiscalização** para conter ocupações irregulares.

Tema: **Saneamento Básico**

Principais aspectos apontados nas propostas

Resíduos Sólidos

1.**Redução da geração** de resíduos (prevenção e minimização,coleta seletiva,logística reversa, etc.);

2.**Conscientização e Fiscalização** para evitar descartes irregulares;

3.Planejamento de **soluções regionalizadas** (implantação de centros regionais de triagem, tratamento e destinação final);

4.**Sistema** Integrado de Informações sobre os resíduos.

Abastecimento de Água

1.**Ampliação** dos sistemas de abastecimento e controle e redução de perdas de água;
2.Programa de **Pagamento por Serviços Ambientais** (PSA) – Previsão na LDO Estadual.

Coleta e Tratamento de Esgoto

1.**Ampliação** dos sistemas de coleta e tratamento;
2.**Monitoramento** da rede de coleta e tratamento de esgotos.

Macrodrenagem

1. Permeabilidade do solo - Incentivar o aumento de áreas verdes e superfícies permeáveis.
2.Avaliar os **impactos por projetos e obras** na totalidade da bacia hidrográfica (articulação entre municípios).

Tema:

Fauna Regional

Principais aspectos apontados nas propostas

1. Implementar estratégias em âmbito regional para o Manejo e Resgate de Animais Silvestres (Ex. **Centros de Triagem e de Reabilitação de Animais Silvestres**).

2. Registro detalhado dos atropelamentos de fauna para a promoção de medidas adequadas de mitigação.

3. Estabelecer **corredores ecológicos** e **passagens de fauna** a fim de evitar os atropelamentos.

Tema:

Áreas Contaminadas

Principais aspectos apontados nas propostas

1. Estratégias de **prevenção ao surgimento** de novas áreas contaminadas.

2. Participação dos agentes envolvidos para que não ocorram conflitos no uso e ocupação dessas áreas.

3. Identificação, caracterização e acompanhamento das medidas corretivas em áreas contaminadas já existentes.

Tema:

Mudanças Climáticas

Principais aspectos apontados nas propostas

1. Promover **políticas públicas metropolitanas** para a mitigação e adaptação dos efeitos das **mudanças climáticas** na RMC.

2. Promover programas de **eficiência energética**.

3. Considerar os resultados do **Inventário Metropolitano de Emissões de Gases de Efeito Estufa da RMC**.

Defesa Civil / Áreas de Risco

Tema: **Defesa Civil / Áreas de Risco**

Planejamento e Gestão

1. Promover a gestão de riscos e o gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil da RMC visando *"estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização".*

(Em observância à Lei Federal n°12.608/2012, que institui a **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC**)

Ações (exemplos):

1. Elaboração de Planos de Contingência.
2. Centros de Operação de Emergência.
3. Integrar mapeamentos de áreas de risco.
4. Implantar caixas de contenção (modais de transportes) em locais estratégicos, para minimizar impactos em áreas urbanas e de interesse ambiental.

Interface com Ordenamento Territorial:
- AEAM Gestão de Riscos
- AEAM Proteção dos Mananciais

Tema: **Defesa Civil / Áreas de Risco**

Governança Metropolitana

2. Atuar na prevenção de modo coordenado e interativo, envolvendo diversos setoriais: Defesa Civil, Habitação, Meio Ambiente e Transporte, na Governança Metropolitana e no Sistema de Acompanhamento do PDUI.

(Interface com setoriais do Município e do Estado)

Ações (exemplos):

1. Capacitação e padronização do efetivo: uso de equipamentos integrados à CT de Defesa Civil da RMC e procedimentos operacionais.
2. Captação de incentivos e de recursos por parte dos municípios e do Estado, criar fundos para Defesa Civil.
3. Criar estrutura especializada de apoio ao Executivo Municipal para subsidiar a tomada de decisões.

Interface com:
- **Governança Metropolitana**
- **Sistema de Acompanhamento** PDUI RMC

Mobilidade, Transporte e Logística

Tema: **Mobilidade, Transporte e Logística**

Principais propostas para Transporte Coletivo

1. Integração físico-tarifária entre os sistemas de transportes.

2. Adequação da infraestrutura para otimizar o **Corredor Noroeste.**

3. Aproveitamento da malha ferroviária para implantação de transportes de passageiros.

4. Implantação de **Ciclovias** e sua integração com o transporte público.

5. Implantação de **linhas-tronco**, complementadas **por linhas de ônibus** municipais e intermunicipais.

Tema: **Mobilidade, Transporte e Logística**

Principais propostas para Infraestrutura de Transporte

1. Estimular o **transporte de cargas por ferrovia**, integrado aos terminais multimodais.

2. Estudo para reaproveitamento dos **ramais ferroviários** desativados para o **transporte de cargas.**

3. Segregação dos **fluxos rodoviários** metropolitanos e locais.

4. Implementação de **vias perimetrais** de interligação metropolitana.

Tema:

Mobilidade, Transporte e Logística

Principais propostas para Governança e Gestão

1. Pedágios:
- Redução das tarifas;
- Adoção do sistema Ponto a Ponto;
- Mudança da localização dos pedágios que segregam ligações intrametropolitanas.

2. Criação de **Órgão Metropolitano de Mobilidade** para integrar o planejamento no setor.

3. Rever e expandir o **Sistema Viário de Interesse Metropolitano** (SIVIM).

4. Adensar e diversificar o uso do solo ao longo dos corredores de ônibus. **INTERFACE: Ordenamento Territorial**

5. Adoção de medidas para **reduzir o tráfego de cargas perigosas** na RMC e procedimentos de **contenção de riscos,** com destaque para as áreas ambientais. **INTERFACE: Meio Ambiente**

6. Adoção de tecnologias para a **redução de emissão de gases de efeito estufa** e outros poluentes. **INTERFACE: Meio Ambiente**

Tema: Governança e Identidade Metropolitana

Principais aspectos apontados nas propostas

1. *Em elaboração*

5. Ordenamento Territorial – Macrozoneamento Metropolitano

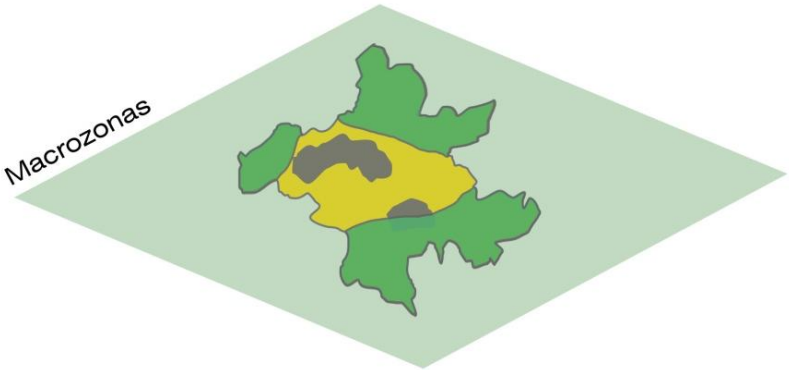
- É um instrumento do PDUI que objetiva a identificação de áreas estratégicas da região nos aspectos sociocultural, ambiental e econômico;
- Deve nortear os Planos Diretores Municipais indicando a organização desejável de uso e ocupação do solo.
- Orientar a localização e a natureza dos investimentos públicos e privados necessários nas macrozonas e em áreas estratégicas, para a consecução dos objetivos e diretrizes derivados das visões e dos cenários de desenvolvimento futuro definidos no Plano.

5. Ordenamento Territorial

5. Ordenamento Territorial

Estrutura:

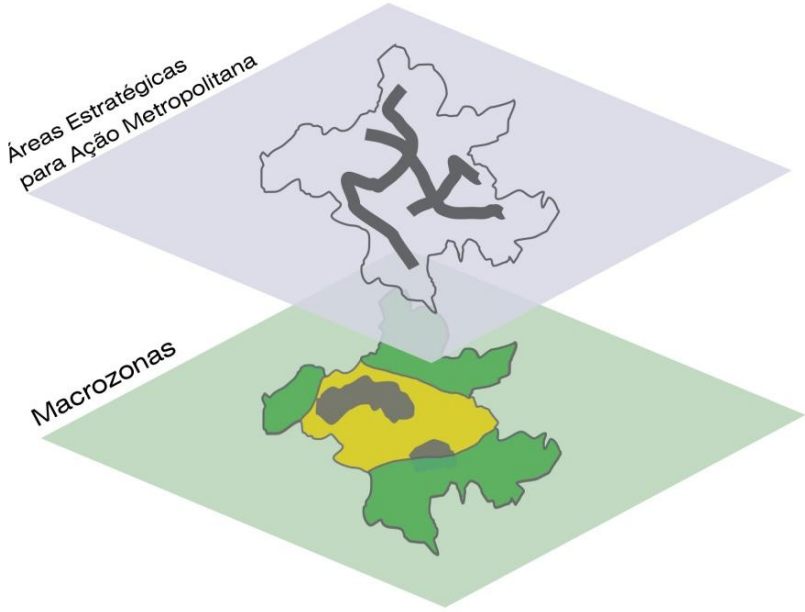
I. Macrozonas



5. Ordenamento Territorial

Estrutura:

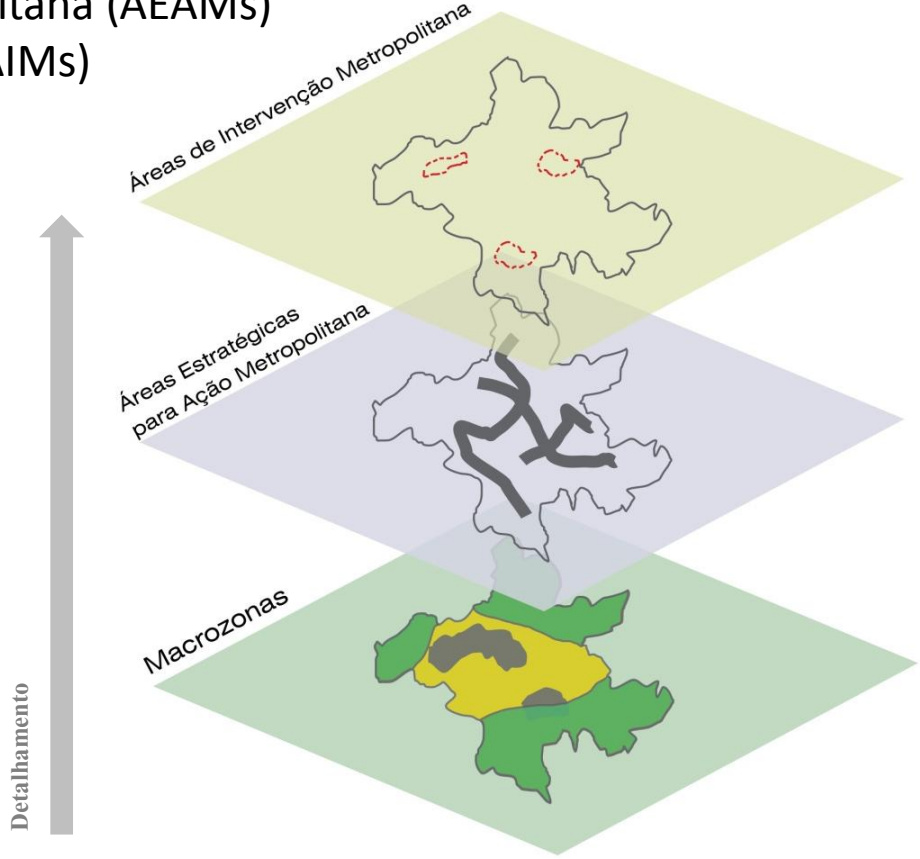
I. Macrozonas
II. Áreas Estratégicas para Ação Metropolitana (AEAMs)



5. Ordenamento Territorial

Estrutura:

I. Macrozonas
II. Áreas Estratégicas para Ação Metropolitana (AEAMs)
III. Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs)



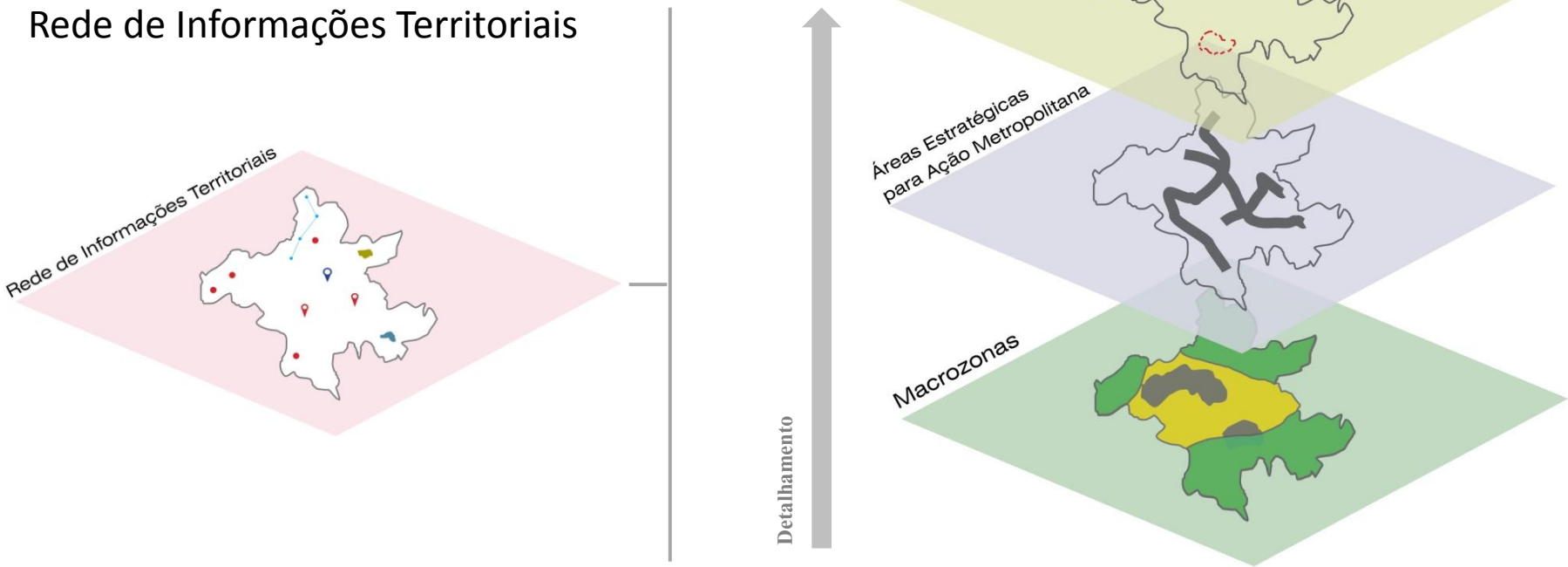
5. Ordenamento Territorial

Estrutura:

I. Macrozonas
II. Áreas Estratégicas para Ação Metropolitana (AEAMs)
III. Áreas de Intervenção Metropolitana (AIMs)

Apoio:

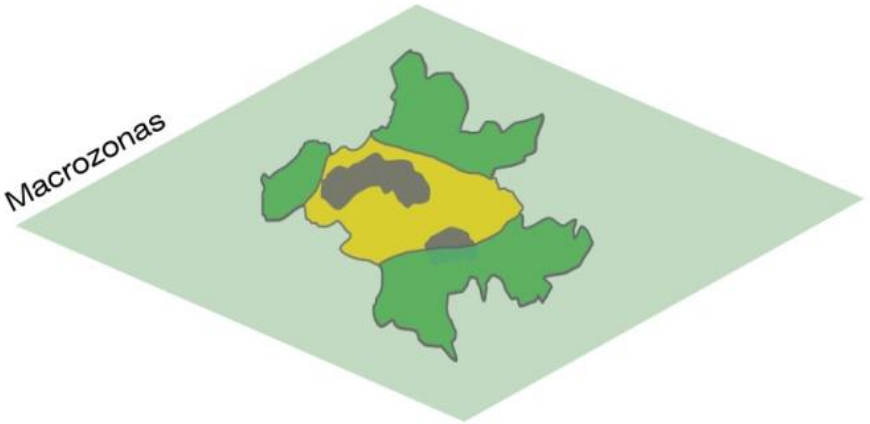
Rede de Informações Territoriais



5. Ordenamento Territorial

I. Macrozonas

- Grandes porções do território metropolitano que devem receber as mesmas diretrizes de ocupação.
- Representam a consolidação das informações territoriais legais existentes.

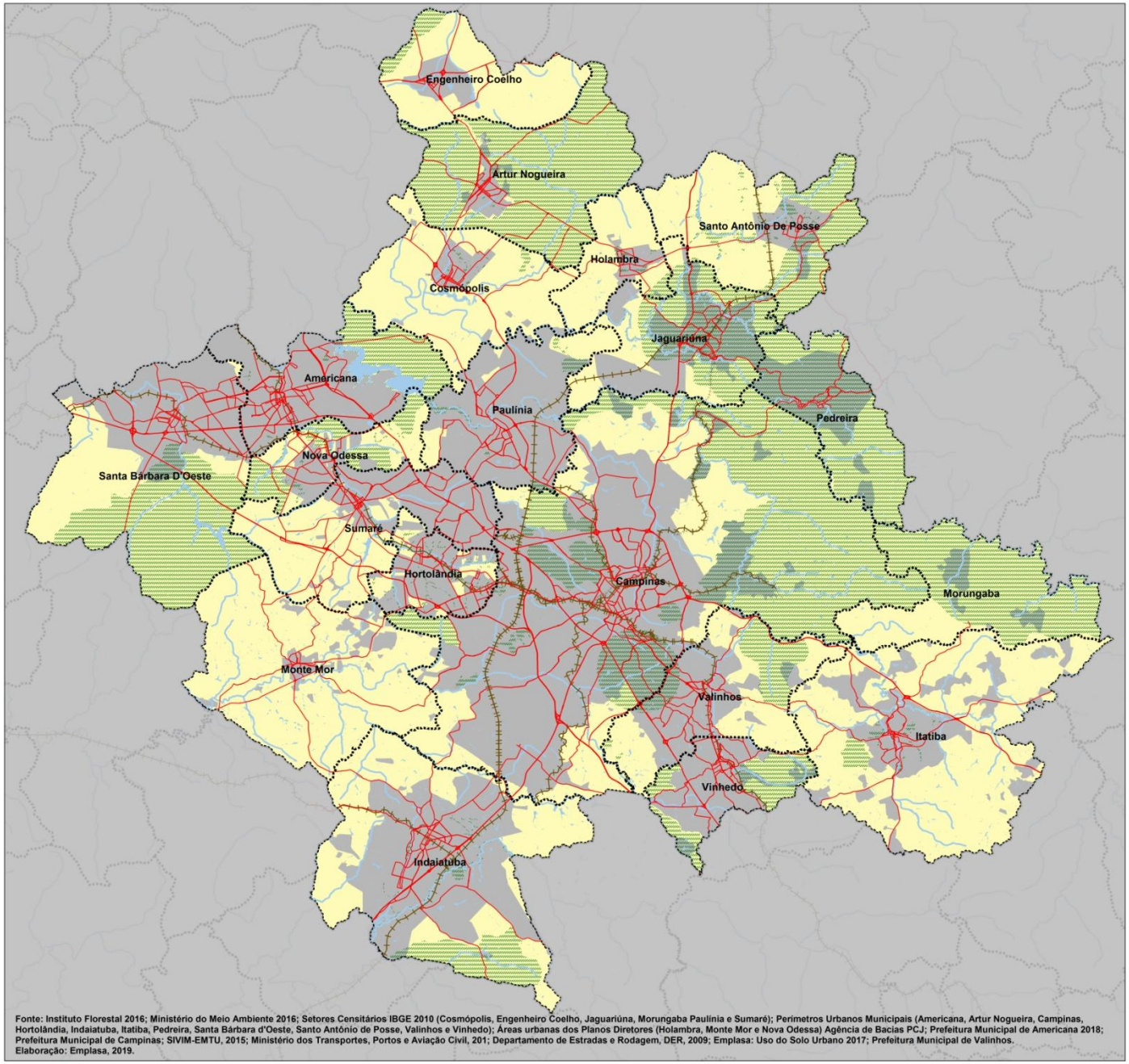


5. Ordenamento Territorial

I. Macrozonas

- Grandes porções do território metropolitano que devem receber as mesmas diretrizes de ocupação.
- Representam a consolidação das informações territoriais legais existentes.

I. **Macrozona de Interesse Ambiental**
II. **Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana**
III. **Macrozona de Desenvolvimento Rural e Controle da Expansão Urbana**



Fonte: Instituto Florestal 2016; Ministério do Meio Ambiente 2016; Setores Censitários IBGE 2010 (Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Jaguariúna, Morungaba Paulínia e Sumaré); Perímetros Urbanos Municipais (Americana, Artur Nogueira, Campinas, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Valinhos e Vinhedo); Áreas urbanas dos Planos Diretores (Holambra, Monte Mor e Nova Odessa) Agência de Bacias PCJ; Prefeitura Municipal de Americana 2018; Prefeitura Municipal de Campinas; SIVIM-EMTU, 2015; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, 201; Departamento de Estradas e Rodagem, DER, 2009; Emplasa: Uso do Solo Urbano 2017; Prefeitura Municipal de Valinhos.
Elaboração: Emplasa, 2019.

Macrozona de Interesse Ambiental

Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana

Macrozona de Desenvolvimento Rural e Controle da Expansão Urbana

Convenções Cartográficas

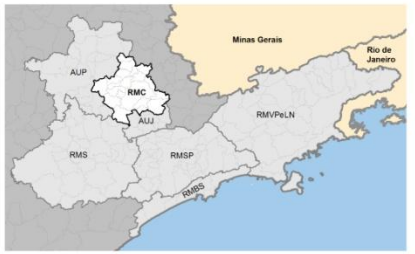
Limite RMC

Ferrovias

Curso d'água

Vias

Mapa de Inserção



PDUI CDRMC AGEMCAMP EMPLASA GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI

Região Metropolitana de Campinas

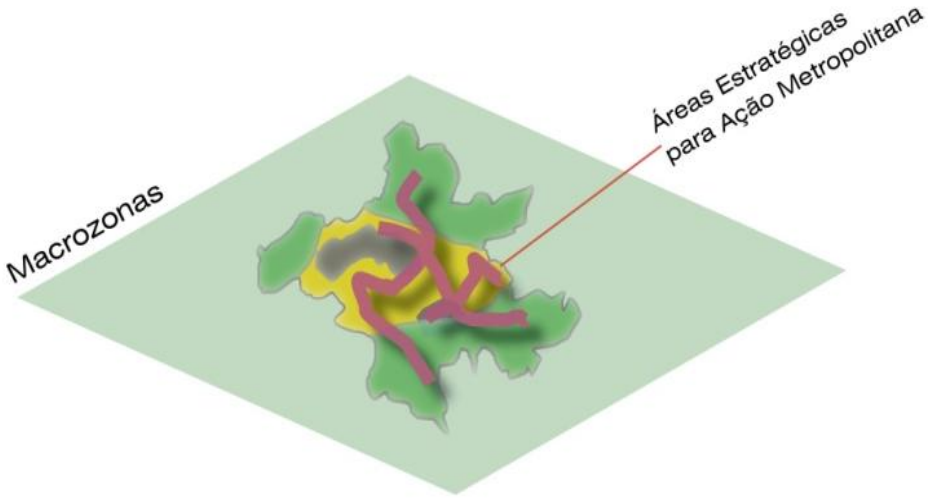
Proposta Preliminar de Ordenamento Territorial

Macrozoneamento Metropolitano

5. Ordenamento Territorial

II. Áreas Estratégicas para Ação Metropolitana

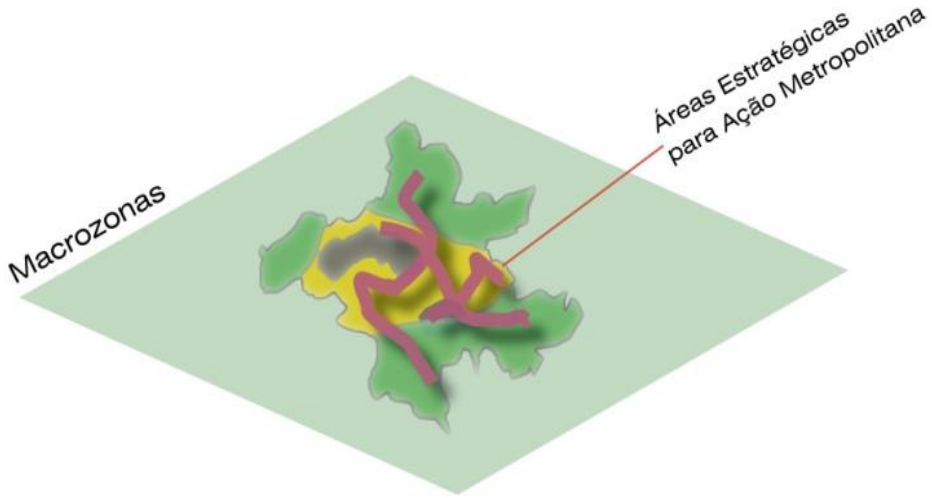
- Áreas que integram FPICs, estratégicas por suas potencialidades a desenvolver ou desafios;
- Pretende-se indicar políticas públicas e diretrizes de ocupação mais específicas;
- Propõe-se que sejam desenvolvidas de forma permanente (dinâmicas), no âmbito da estrutura do Conselho de Desenvolvimento, por meio de Câmaras Temáticas;
- Demandam um sistema de acompanhamento e atualização.



5. Ordenamento Territorial

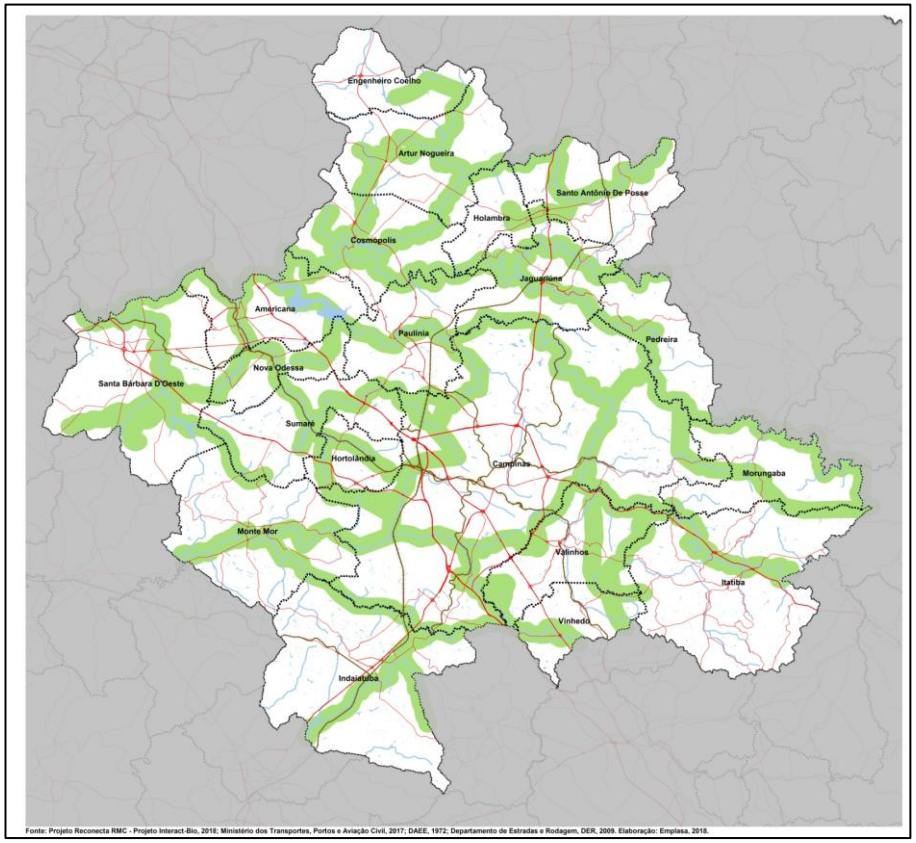
II. Áreas Estratégicas para Ação Metropolitana

- AEAM Conectividade Ambiental
- AEAM Proteção dos Mananciais
- AEAM Qualificação Urbana
- AEAM Gestão de Riscos
- AEAM Polos de Desenvolvimento
- AEAM Rede de Centralidades

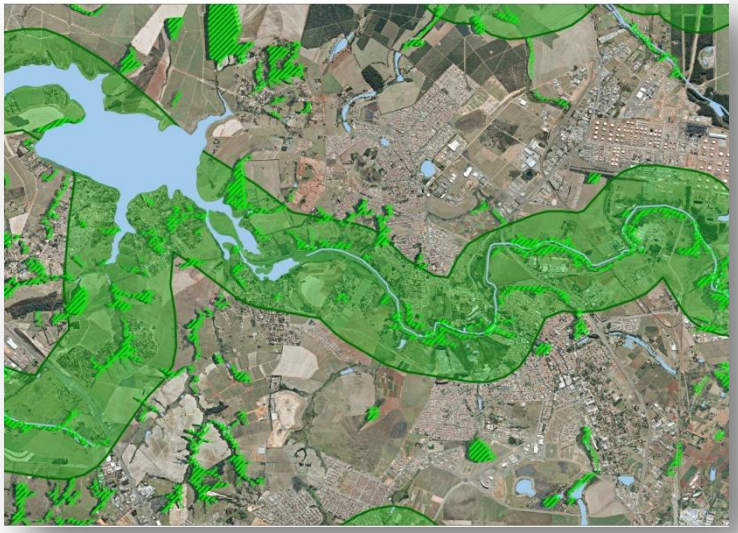


5. Ordenamento Territorial

AEAM Conectividade Ambiental

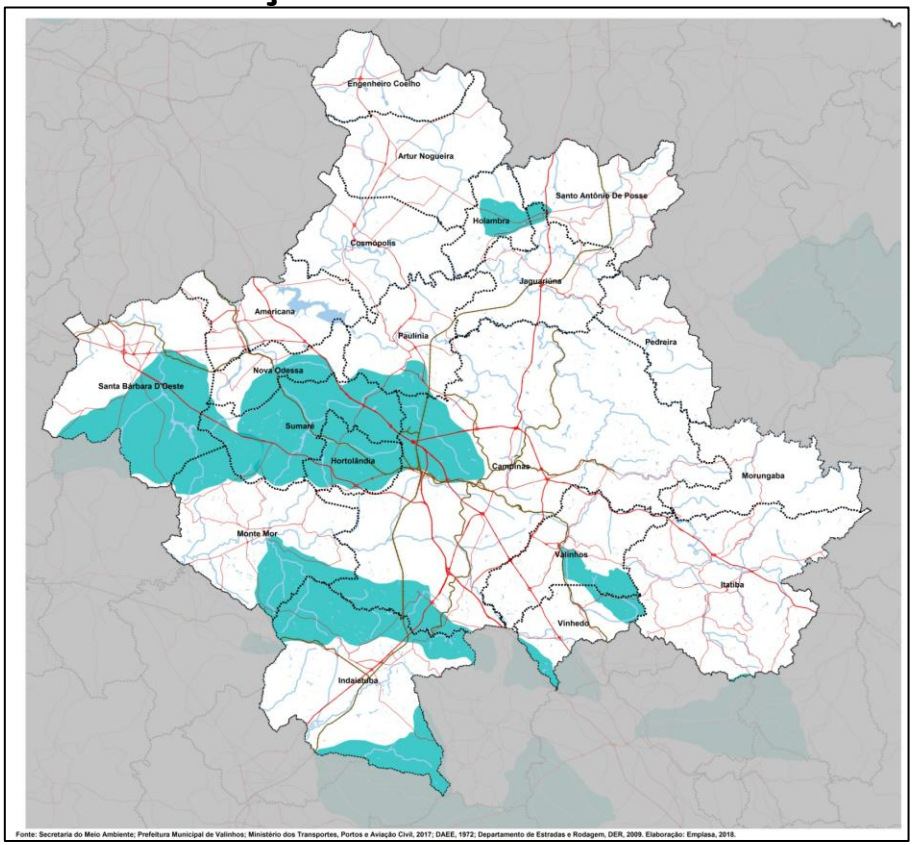


Reconhece e propõe ligações entre os fragmentos florestais, proteção da biodiversidade, promoção de cultura e lazer, entre outros.



5. Ordenamento Territorial

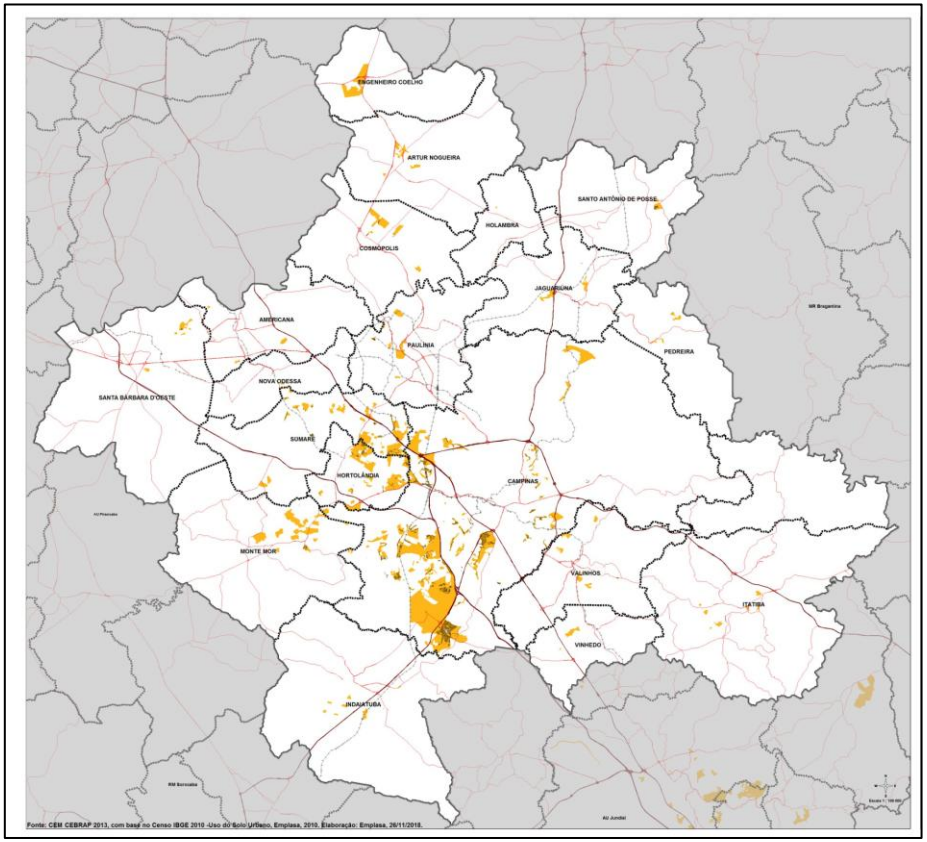
AEAM Proteção dos Mananciais



Identifica áreas estratégicas para a ampliação da segurança hídrica na região: mananciais de abastecimento, regiões críticas em qualidade e quantidade de água, áreas que já são ou devam ser protegidas.

5. Ordenamento Territorial

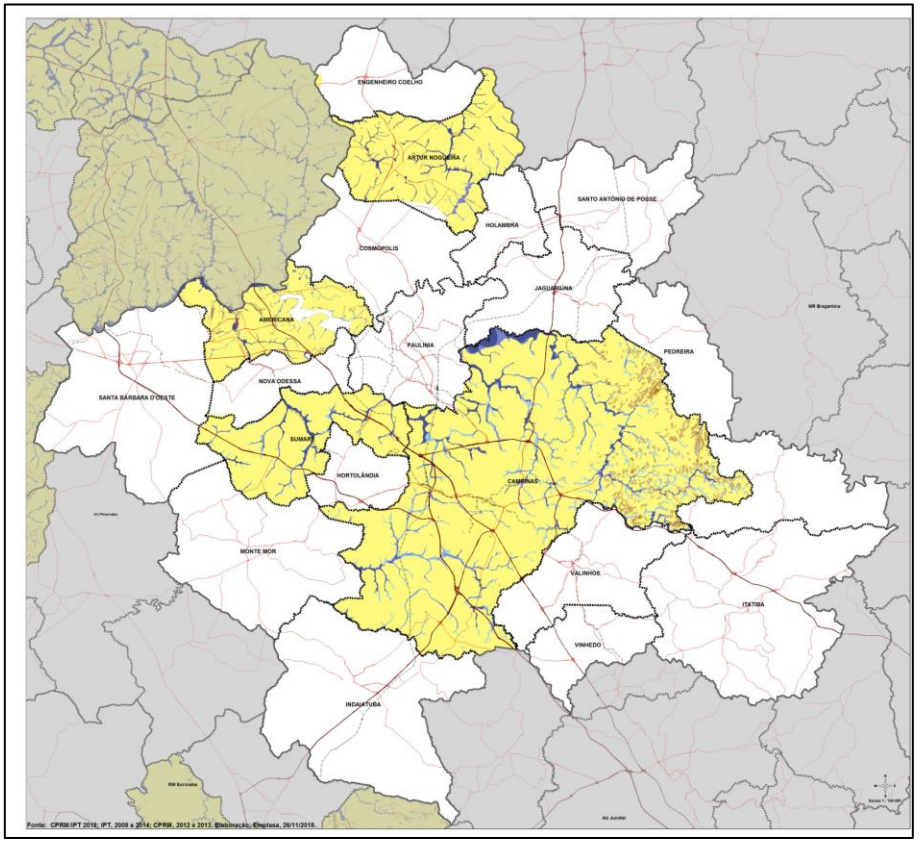
AEAM Qualificação Urbana



Identifica as áreas mais vulneráveis ocupadas por assentamentos irregulares e/ou precários, apontando os territórios que deverão contar com políticas públicas voltadas para qualificação urbana.

5. Ordenamento Territorial

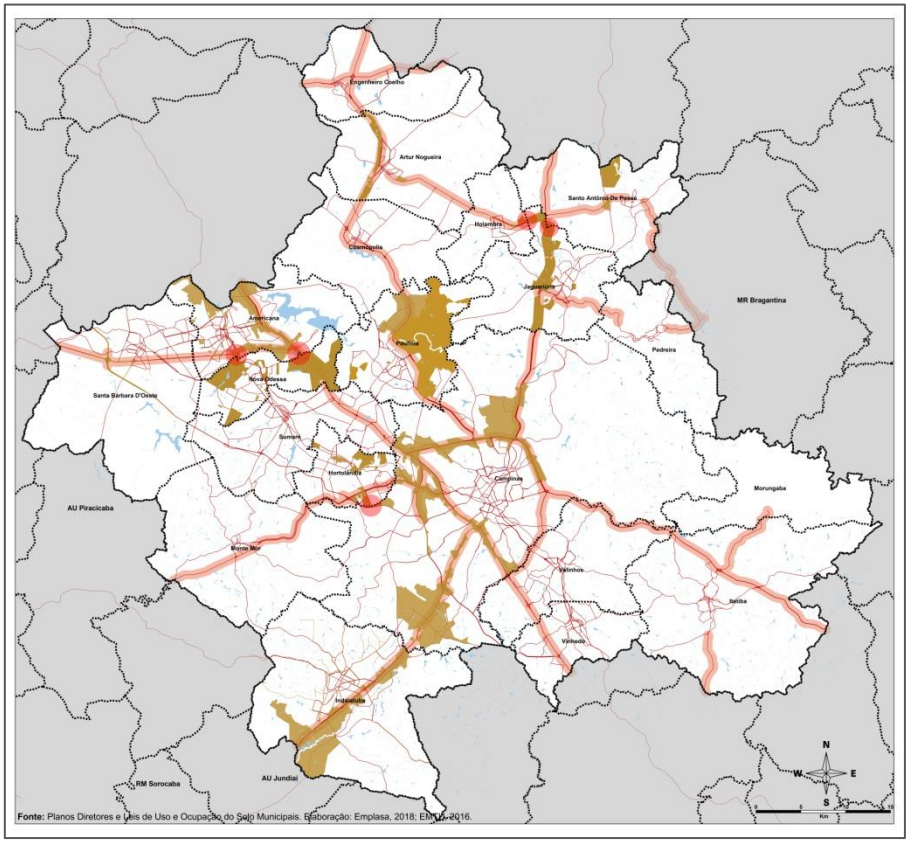
AEAM Gestão de Riscos Ambientais



Identifica as áreas de risco existentes para promover a gestão integrada pelos municípios na prevenção e enfrentamento dos desastres naturais / tecnológicos

5. Ordenamento Territorial

AEAM Polos de Desenvolvimento

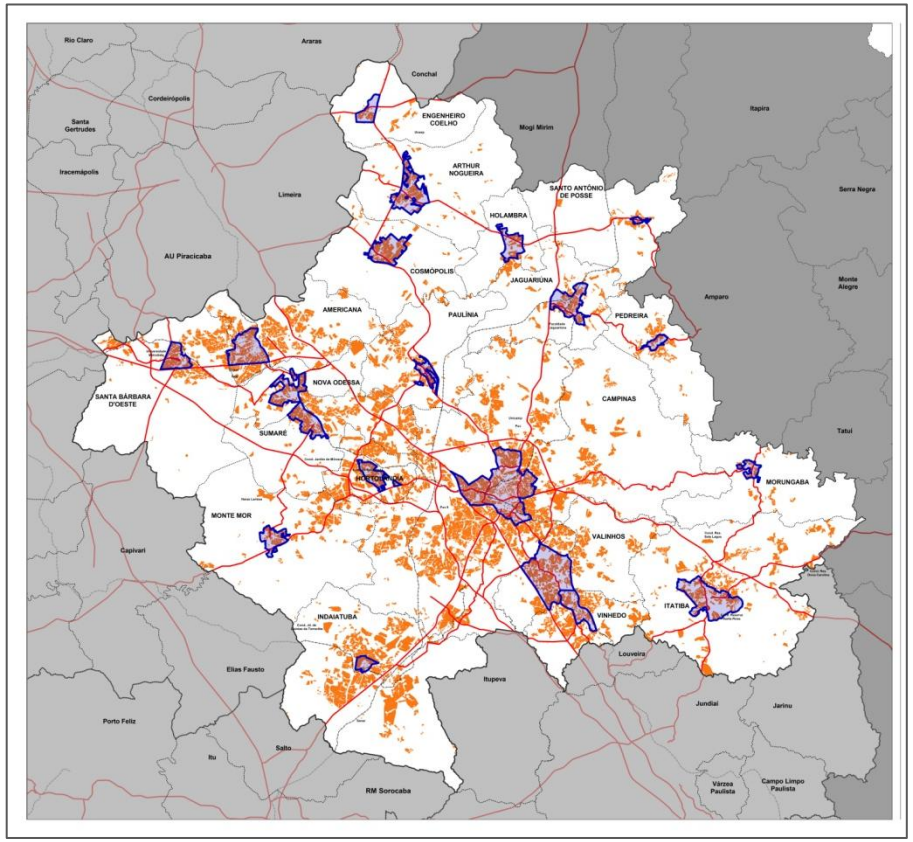


Fonte: Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo Municipais. Elaboração: Emplasa, 2018. EMPLA - 2016.

Indica áreas preferenciais para o desenvolvimento de atividades industriais e de serviços de grande porte, centros tecnológicos e instalações de logística, e outras estruturas econômicas de maior vulto.

5. Ordenamento Territorial

AEAM Rede de Centralidades



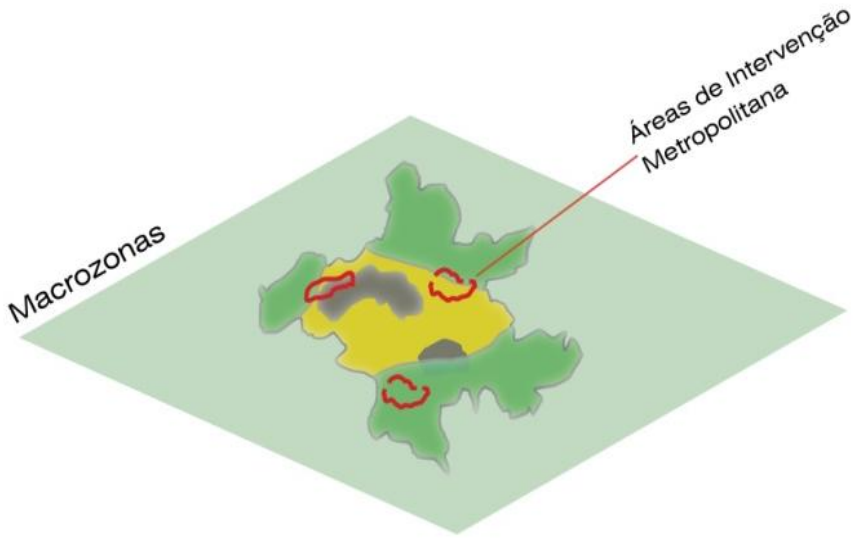
Reconhece as centralidades existentes e planeja a criação de outras, a fim de equilibrar no território a localização das atividades e das infraestruturas, aproximando as áreas de moradia e do emprego.

5. Ordenamento Territorial

III. Áreas de Intervenção Metropolitana

- Áreas específicas do território associadas a projetos específicos, programas e ações de caráter territorial, que devem ser realizados de forma interfederativa e compartilhada.

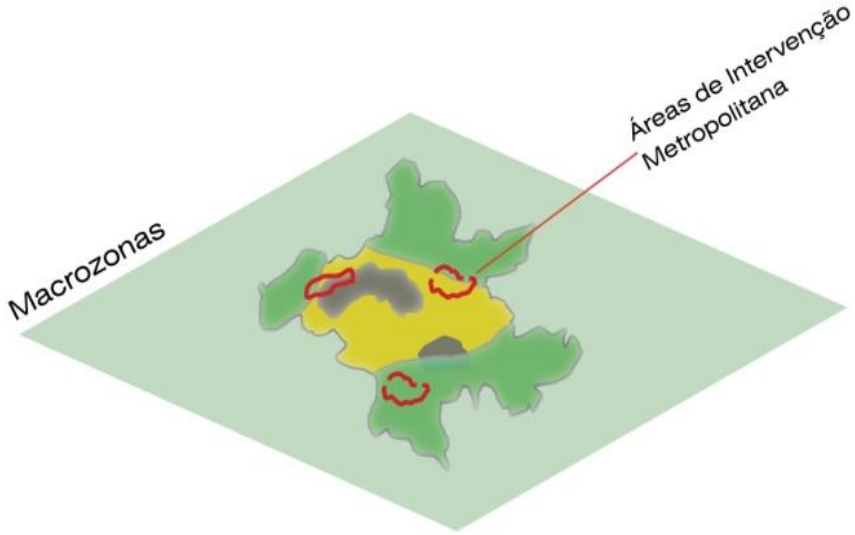
- De maneira articulada com os municípios, prevê-se que poderá ser adotado um zoneamento urbanístico específico, com objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento territorial.



5. Ordenamento Territorial

III. Áreas de Intervenção Metropolitana

I. Represa Salto Grande
II. Represa Pedreira
III. Aeroporto de Viracopos
IV. HIDS – Distrito de Inovação



6. Objetivo das Audiências Públicas Municipais do PDUI-RMC

- Ampliar o conhecimento público → o que é PDUI?
- Propiciar à sociedade civil participar da elaboração do PDUI-RMC.
- Apresentar o Caderno Preliminar de Propostas.
- Obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas para a consolidação do **Caderno Final de Propostas.**

6. Audiências Públicas Municipais do PDUI-RMC:
(consultar: www.pdui.sp.gov.br/rmc/)

6. Regulamento das Audiências Públicas Municipais do PDUI-RMC

- As Audiências Públicas serão municipais.

- Todos os participantes deverão:

  • registrar a presença, mediante preenchimento de formulário próprio, com a indicação do nome, RG, endereço, telefone, e-mail e o nome da pessoa jurídica, pública ou privada, que representa, se for o caso;

  • ter conhecimento prévio do conteúdo do Caderno Preliminar de Propostas, sendo que nos locais das Audiências haverá ao menos um exemplar para eventuais consultas.

6. Audiências Públicas Municipais do PDUI-RMC: Regulamento

- Duração prevista: 2 horas e meia (início às 18h30 / 19h00).
- As Audiências Públicas serão realizas simultaneamente em dois municípios durante o período noturno, às terças, quartas e quintas-feiras, totalizando seis municípios por semana, o que demandará quatro semanas.
- Início previsto: *a definir, após nomeação da diretoria da Agemcamp e aprovação em reunião pelo Conselho de Desenvolvimento da RMC.*
- Local sugerido: Câmaras Municipais.
- As contribuições deverão ser apresentadas:
  - por escrito em formulário específico, no dia da Audiência, ou
  - serem enviadas para a Plataforma Digital do PDUI-RMC.

6. Regulamento das Audiências Públicas do PDUI-RMC

➢ Os participantes poderão, após exposição dos temas, pedir esclarecimentos à mesa e encaminhar sugestões que deverão, obrigatoriamente, ser apresentados por escrito, com a indicação de seu autor, sob pena de não serem aceitas:

- abertura oficial: até 15 minutos;
- exposição dos temas: até 30 minutos;
- encaminhamento de perguntas e sugestões: até 30 minutos após apresentação dos conteúdos;
- leitura das perguntas e sugestões: até 3 minutos cada orador, máximo de 45 minutos;
- leitura e defesa de novas contribuições por entidade organizada: até 5 minutos cada entidade, máximo de 30 minutos.

6. Regulamento das Audiências Públicas do PDUI-RMC

- Duração prevista: 2 horas e meia (início às 18h30 / 19h00).
- As Audiências Públicas serão realizas simultaneamente em dois municípios durante o período noturno, às terças, quartas e quintas-feiras, totalizando seis municípios por semana, o que demandará quatro semanas.
- Início previsto: março, após a semana do Carnaval.
- Local sugerido: Câmaras Municipais.
- As contribuições deverão ser apresentadas:
  - por escrito em formulário específico, no dia da Audiência, ou
  - serem enviadas para a Plataforma Digital do PDUI-RMC.

Muito Obrigada!

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA

Telefone: (11) 3293-5442
comunicacao@emplasa.sp.gov.br